

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2003

Atualiza a Instrução Normativa nº 01/2001, face a edição das Portarias nºs 516 e 517, da Secretaria do Tesouro Nacional, de 14/10/2002, sobre os novos modelos de Relatórios de Gestão Fiscal e Relatório Resumido da Execução Orçamentária para o Exercício de 2003.

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, especialmente a que lhe confere o Artigo 27, da Lei Complementar nº 25, de 05/08/1994.

Considerando o disposto no Artigo 59, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/2000, que atribui aos Tribunais de Contas a competência para fiscalização de seu cumprimento.

RESOLVE:

Art. 1º - O Órgão Central do Sistema de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria das Prefeituras Municipais remeterão ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por meio magnético/óptico (disquete/CD-ROM) e/ou documental, cópia dos seguintes instrumentos, elaborados na forma dos Artigos citados da Lei Complementar nº 101/2000, e dos modelos Anexos indicados na Portaria nº 517, de 14 de outubro de 2002, do Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional-STN:

I - Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Artigos 52 e 53, da Lei Complementar nº 101/2000), a ser emitido pelo Executivo Municipal, incluindo as entidades da Administração Indireta, abrangerá também o Poder Legislativo, devendo ser remetido juntamente como o comprovante de sua publicação ao Tribunal, bimestralmente, em até 15 (quinze) dias, após encerrado o prazo para a publicação exigida no "caput" do Artigo 52, da Lei Complementar nº 101/2000, observado o seguinte:

a - Os Municípios com população superior a 50.000 hab., deverão apresentar os relatórios bimestrais contendo os anexos I, II, III, V, VI, VII, IX, X e XVI, e anualmente (último bimestre do exercício) os anexos XI, XIII e XIV;

b - Os Municípios com população inferior a 50.000 hab., desde que façam opção por esta faculdade nos moldes do estabelecido no Artigo 7º desta Instrução Normativa, deverão apresentar os relatórios bimestrais contendo os anexos I e II, semestralmente os anexos III, V, VI, VII, IX, X e XVI, e anualmente os anexos XI, XIII e XV;

c - Conterá, quando for o caso, justificativas sobre:

1 - Limitação de empenho e indicação de recomposição de dotações, havidas no período;

2 - Frustração de receitas, especificando as medidas de combate à sonegação e à evasão fiscal, adotadas e a adotar, e as ações de fiscalização e cobrança.

II - Demonstrativo do Cumprimento de Metas Fiscais, apresentado em audiência pública, na Comissão Permanente da respectiva Casa Legislativa (Artigo 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000), a contar do exercício de 2001 - até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro;

III - Ato de desdobramento das receitas previstas, em metas bimestrais de arrecadação, acompanhado, quando for o caso, das especificações devidas (Art. 13, da Lei Complementar nº 101/2000) - a contar do exercício financeiro de 2001, no prazo de até o último dia do mês subsequente ao de sua elaboração;

IV - Demonstrativo das admissões e contratações de servidores e de contratações de mão-de-obra terceirizada para substituição de servidores, se havidas no mês, bem como de que, à época, a despesa total com pessoal não excedia a 95% (noventa e cinco por cento) do limite legal do Poder ou Órgão (Artigo 22, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2000), a partir do exercício de 2002, contendo, pelo menos, as seguintes informações:

a - Nome do servidor admitido ou contratado;

b - Indicação da Lei de criação, e de alteração, se houver, do Quadro de Pessoal a que pertencer o cargo ou emprego, ou de Lei autorizadora de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, de que trata o Artigo 37, Inciso IX, da Constituição Federal;

c - Nomenclatura e classe do cargo ou emprego, conforme o Quadro de Pessoal;

d - Composição e valor da remuneração mensal a ser paga;

e - Nos casos em que a Lei Complementar nº 101/2000 exige previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária, dispositivo que ampara a admissão ou contratação;

f - Nome e cargo do servidor substituído e nome do substituto, em caso de contrato de terceirização de mão-de-obra, anexando justificativa do embasamento legal dessa contratação.

V - Relatório sobre projetos em execução e a executar, bem como despesas de conservação do patrimônio público realizadas e a realizar, no exercício, entregue ao Poder Legislativo antes do encaminhamento do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (Artigo 45, Parágrafo Único, da Lei Complementar nº 101/2000), a contar do ano 2002 - no prazo de até o dia 30 (trinta) de abril, com pelo menos as informações seguintes:

a) Projetos em execução e a executar, com dados suficientes à sua identificação, discriminando:

1 - Data de início da execução do projeto;

2 - Valor atualizado do projeto;

3 - Em se tratando de obras, volume executado no exercício e, sendo o caso, até o término do exercício anterior, conforme medições atestadas pelo representante da Administração na fiscalização do contrato (Artigo 67, da Lei nº 8666/93) e pela autoridade responsável pelo setor financeiro da Unidade Gestora, face a execução dos cronogramas físico-financeiros;

4 - Saldo de projetos a executar;

5 - Valor total das dotações consignadas no Orçamento e saldo apurado no encerramento do exercício;

6 - Total de recursos disponíveis para novos projetos;

7 - Justificativa quanto a eventual atraso na execução de projetos, de forma individualizada, e, em caso de obras, indicação inclusive da data em que a justificativa foi publicada na imprensa oficial, em cumprimento ao Artigo 8º, da Lei nº 8.666/93;

b) Atividades, inerentes à dotações para despesas de conservação do patrimônio público, nos termos da Lei de Diretrizes Orçamentárias, com indicação do Item 5, da Letra "a", bem atendido ou a atender, a natureza da benfeitoria e o valor correspondente à despesa realizada ou a realizar;

Art. 2º - Será remetida ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, por meio magnético/óptico (disquete/CD-ROM) ou documental, desde o presente exercício e no prazo de até 30 (trinta) dias do término do quadrimestre correspondente, cópia do Relatório de Gestão Fiscal, de que tratam os Artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101/2000, observados os modelos Anexos indicados na Portaria nº 516/2002, de 14 de outubro de 2002, do Ministério da Fazenda / Secretaria do Tesouro Nacional, e mais o seguinte:

I - O Relatório será apresentado;

a - Na esfera municipal, pelo:

1 - Prefeito Municipal;

2 - Presidente e demais membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores.

II - Será assinado, respectivamente, pelas autoridades referidas no Inciso I, e mais o respectivo responsável:

1 - Pela administração financeira do Poder ou Órgão;

2 - Pelo setor de controle interno;

III - Conterá:

1 - Poder Executivo:

a - No primeiro e segundo quadrimestres do exercício, os anexos I, II, III, IV e VIII, e além dos já evidenciados, no terceiro quadrimestre, serão apresentados os anexos V, VI e VII, para os municípios acima de 50.000 habitantes;

b - No primeiro semestre do exercício, os anexos I, II, III, IV e VIII, e além dos já evidenciados, no segundo semestre, serão apresentados os anexos V, VI e VII, para os municípios com população inferior a 50.000 habitantes, desde que preencham o requisito desta faculdade contida no Artigo 7º desta Instrução Normativa.

2 - Poder Legislativo:

a - No primeiro e segundo quadrimestres do exercício, o anexo I, e além do já evidenciado, no terceiro quadrimestre, serão apresentados os anexos V, VI, VII e VIII, para os municípios acima de 50.000 habitantes;

b - No primeiro semestre do exercício, o anexo I, e além do já evidenciado, no segundo semestre, serão apresentados os anexos V, VI, VII e VIII, para os municípios com população inferior a 50.000 habitantes, desde que preencham o requisito desta faculdade contida no Artigo 7º desta Instrução Normativa.

§ 1º - O relatório do Presidente e demais membros da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores conterá além das informações dos anexos estabelecidos pela Portaria nº 516/2002-STN, a indicação das medidas corretivas adotadas ou a adotar, se ultrapassado qualquer dos limites a que esteja legalmente obrigado.

§ 2º - Caso não apresentado por ocasião da entrega do Relatório de Gestão Fiscal, o comprovante da sua publicação será encaminhado ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, até 15 (quinze) dias, após encerrado o prazo previsto no "caput" deste artigo.

Art. 3º - Juntamente à Lei de Diretrizes Orçamentárias, a ser remetida ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, serão apresentados, a contar do exercício de 2001, os seguintes documentos, elaborados de acordo com os Artigos citados da Lei Complementar nº 101/2000:

I - Anexo de Metas Fiscais - Artigo 4º, §§ 1º e 2º;

II - Demonstrativo da evolução da receita, nos últimos três anos, e da projeção para os dois seguintes, acompanhado da metodologia de cálculo e das premissas utilizadas - Artigo 4º, § 2º, II, c/c Artigo 12.

Parágrafo Único - O Município com população inferior a cinquenta mil habitantes que, fundamentado no Artigo 63, Inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000, optar por elaborar somente a partir do exercício de 2005, o Anexo de Política Fiscal do Plano Plurianual, o Anexo de Metas Fiscais e o Anexo de Riscos Fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o Demonstrativo da Compatibilidade da Programação dos Orçamentos com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais, deverá encaminhar ao Tribunal de Contas do Estado cópia do ato de formalização dessa decisão, para efeito de controle.

Art. 4º - Será encaminhado ao Tribunal de Contas, até o dia 30 de janeiro do ano subsequente ao que se referir, demonstrativo das despesas realizadas com os serviços de terceiros de que trata o Artigo 72, da Lei Complementar nº 101/2000, relativas aos exercícios de 2000, 2001 e 2002.

Art. 5º - Demais relatórios, demonstrativos e atos indicados nesta Instrução Normativa serão elaborados segundo modelos adotados pelos Poderes e Órgãos, enquanto não for disciplinada pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará a remessa de seus dados, por meio informatizado.

Art. 6º - O Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 8, da Lei nº 4.320/64) identificará operações de limitação de empenho (redução de dotação) e de recomposição de dotações orçamentárias, procedidas nos moldes do Artigo 9º e seu § 1º, da Lei Complementar-101/2000.

Art. 7º - Os Municípios com população inferior a 50.000 (cinquenta mil) habitantes que optarem pela divulgação semestral do Relatório de Gestão Fiscal, bem como dos demonstrativos referidos no Artigo 53, da Lei Complementar nº 101/2000, deverão encaminhá-los ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre, juntamente com a Lei Municipal ou Ato Normativo dos respectivos poderes de opção desta faculdade dada pelo Artigo 63, do citado diploma legal.

§ 1º - A remessa dos relatórios ao Tribunal de Contas dos Municípios, caso efetuada a opção de que trata o "caput" deste Artigo, será nos seguintes prazos:

I - Até 30(trinta) dias, após o encerramento do semestre, no caso do Relatório de Gestão Fiscal, ressalvada a remessa do comprovante de publicação que poderá ser enviado até 15 (quinze) dias após o prazo previsto no Artigo 63, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000;

II - Até 15 (quinze) dias, após encerrado o prazo previsto no Artigo 63, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000 no caso dos demonstrativos referidos no Artigo 53, da citada Lei, que deverão ser apresentados juntamente com o comprovante de sua publicação.

§ 2º - Os Municípios cuja despesa total com pessoal ou a dívida consolidada não se encontram dentro dos parâmetros estabelecidos pela Lei Complementar nº 101/2000, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definido para os demais entes.

Art. 8º - Com base na análise dos Relatórios de Gestão Fiscal e Resumido da Execução Orçamentária, o Tribunal formalizará o alerta previsto no § 1º, do Artigo 59, da Lei Complementar nº 101/2000, ao constatar:

Que o montante da despesa total com pessoal ultrapassou 90% (noventa por cento) dos limites previstos nos Artigos 19 e 20 da referida Lei;

Que os montantes das dívidas consolidada e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima de 90% (noventa por cento) dos respectivos limites;

Que os gastos com inativos e pensionistas se encontram acima do limite definido em Lei;

Fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária;

Parágrafo Único - O Tribunal poderá formalizar o alerta quando constatar, em processos de inspeções e auditorias, ou outros procedimentos de sua competência, quaisquer das hipóteses previstas no "caput" deste Artigo.

Art. 9º - O Órgão Técnico competente, na análise dos Relatórios de Gestão Fiscal, Resumido da Execução Orçamentária e do Comparativo a que se refere o Artigo 8º, deverá relacionar os Municípios que incorrerem em algumas das hipóteses previstas no artigo anterior, agrupando-os, segundo a sua natureza, da seguinte forma:

Municípios cujos Poderes Executivo e/ou Legislativo se encontrem acima dos limites de despesa com pessoal previsto nos Artigos 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000;

Municípios cujos Poderes Executivo e/ou Legislativo se encontrem acima dos limites de despesa com pessoal previsto no parágrafo único do Art. 22, da Lei referida no Inciso I;

Municípios cujos Poderes Executivo e/ou Legislativo se encontram acima do limite previsto no Inciso II, do § 1º, do Art. 59, da Lei referida no Inciso I;

Municípios cujos montantes das dívidas consolidadas e mobiliária, das operações de crédito e da concessão de garantia se encontram acima do limite previsto no Inciso III, do § 1º, do Artigo 59, da Lei referida no Inciso I, de acordo com a respectiva Resolução do Senado Federal, conforme previsão do Artigo 30, Inciso I, da mesma Lei;

Municípios cujos gastos com inativos e pensionistas se encontram acima dos limites previstos na Lei nº 9717/98;

Municípios em que forem constatados fatos que comprometam os custos ou os resultados dos programas ou indícios de irregularidades na gestão orçamentária.

Art. 10 - O Órgão Técnico competente, na forma do artigo anterior, formalizará o alerta aos Poderes e Órgãos determinados no Artigo 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 11 - O não-encaminhamento ao Tribunal do Relatório de Gestão Fiscal nos prazos e condições estabelecidos nesta Instrução sujeita o responsável à multa prevista no Artigo 5º, da Lei nº 10.028/00, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Art. 12 - O não-encaminhamento ao Tribunal do Relatório Resumido da Execução Orçamentária a que se refere esta Instrução sujeita o responsável à multa prevista no Artigo 57, da Lei Complementar Estadual nº 25/94.

Art. 13 - Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos gerados a partir do exercício de 2003.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 11 de fevereiro de 2003.

Conselheiro Aloisio Chaves Conselheiro Paulo Dourado

Presidente Relator